

Bases teóricas e metodológicas da Bioética Crítica frente os desafios do Antropoceno

Thiago Rocha da Cunha¹  Diego Nicolás Biscioni² 

¹Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Curitiba/PR, Brasil.

²Universidad Nacional de Avellaneda – UNDAV. Avellaneda, Argentina.

E-mail: caixadothiago@gmail.com

Resumo

A Bioética Crítica propõe uma fundamentação teórica e metodológica que parte da autocrítica sobre o próprio campo da bioética, bem como da produção do conhecimento e da tecnologia como um todo, buscando identificar como os discursos éticos são muitas vezes utilizados para ocultar agendas e interesses que vão na contramão daquilo que se espera de qualquer produção bioética: a defesa da saúde e da vida em seu mais amplo aspecto. Este trabalho apresenta uma introdução, por meio de investigação de natureza teórica e reflexiva, dos principais elementos da Bioética Crítica, sua inserção no debate com outras abordagens da área e seus modos de aplicação metodológica. Ao ponderar sobre alguns desafios relacionados à emergência dos conflitos socioambientais, e em diálogo com produções dos estudos sobre o Antropoceno e as críticas do Capitaloceno, o artigo conclui com uma proposta inicial para expansão de seu *corpus* teórico.

Palavras-chave: Bioética. Teoria Crítica. Biopolítica. Perigos ao Meio Ambiente.

INTRODUÇÃO

A constituição do campo da Bioética, no início dos 1970, reflete dois grandes processos históricos cujos primeiros impactos se faziam perceber nas dimensões individual, coletiva e global da saúde: por um lado, o aparecimento das primeiras consequências das mudanças climáticas, ambientais e ecológicas que se iniciaram no contexto da revolução industrial; por outro lado, o surgimento e as incertezas relacionadas às pesquisas envolvendo seres humanos e as novas biotecnologias reprodutivas, farmacêuticas e genômica.

A emergência destes dois grandes processos no campo da saúde é paralela ao estabelecimento daquilo que Michel Foucault¹ denominou como biopoder, isto é, como uma forma

específica de racionalização do governo político dos circuitos vitais humanos, também iniciada no contexto tardio da revolução industrial. As reflexões de Foucault sobre biopoder surgem em meados dos anos 1970, pouco tempo depois que Van Rensselaer Potter apresentou, em 1971, a bioética como uma proposta teórica interdisciplinar voltada à investigação de parâmetros éticos necessários para enfrentar os novos riscos à saúde, à vida humana e à própria sobrevivência planetária².

Naquele período, o desdobramento da bioética ocorreu em duas grandes vertentes teóricas: “Bioética global” e “Bioética clínica”. A primeira vertente, identificada com o próprio Potter, volta-se aos conflitos relacionados à transição de-

mografia planetária que, já anos 1970, apontavam para a rápida elevação tanto da quantidade quanto da longevidade da população humana no planeta em um movimento paralelo de agudização de problemas sociais e ambientais.

Segundo Potter, tais problemas estavam relacionados ao fundamentalismo da sacralidade do dólar, isto é, por uma forma irresponsável da expansão do capitalismo desregulado que estava na causa de graves problemas globais que viriam a se aprofundar nas décadas seguintes, como as mudanças climáticas e a miséria generalizada. A confluência entre profundas mudanças demográficas e expansão do capitalismo desregulado já era pioneiramente apontada por Potter como a maior ameaça à sobrevivência da civilização planetária por causas antropogênicas³.

Ocorre que, ao defender a bioética como um espaço vital para a regulação ética do crescimento econômico e do desenvolvimento científico com fins de proteção da sobrevivência planetária, o estadunidense Van Potter violava aspectos inegociáveis dos discursos ético-políticos tanto do espectro liberal quanto do espectro conservador de seu país. Isto porque, por um lado, considerava que o fundamentalismo de mercado baseado na “sacralidade do dólar” (ou seja, nos discursos que centralizam o lucro como a finalidade última da organização social) reproduzia uma moralidade incompatível com sobrevivência adequada da civilização planetária, motivo pelo qual seria necessário que as grandes decisões econômicas globais fossem testadas e normatizadas em termos de valores “bioéticos”.

Por outro lado, considerando as consequências das transições demográficas que estavam associadas ao aumento e ao envelhecimento da população global, Potter defendia também a necessidade de um controle populacional voluntário mais efetivo, criticando os discursos religiosos que interditavam o avanço de políticas para saúde reprodutiva no mundo, como a regulação do aborto e a ampliação das políticas contraceptivas de planejamento familiar. A esses discursos, definidos como fundamentalismos sustentados na “sacralidade da vida”,

o autor também propunha um enfretamento, direcionando a bioética como campo para regular valores religiosos que colocam em risco a sobrevivência planetária³.

Por esses motivos, as propostas de Potter para a bioética global não foram amplamente divulgadas até o início dos anos 1990, quando suas proposições passaram a ser recuperadas por autores europeus e latino-americanos. No contexto da bioética europeia continental, a bioética caracterizou-se por marcar a dimensão global a partir da interface do campo com os Direitos Humanos, espaço no qual se consolidou a bioética em grande interlocução com referências filosóficas e ético-políticas como Dignidade, Integridade e Responsabilidade⁴.

Já na América Latina e no Caribe, além de também incorporar os referenciais dos Direitos Humanos, a bioética se caracterizou por reforçar um espaço de construção ético-política, enfatizando a dimensão coletiva da saúde tanto nos problemas sociais típicos da região, como as desigualdades, a fome, a miséria, a exclusão, quanto na consideração nas determinações geopolíticas que estão na base de seus graves conflitos sociais⁵.

Tais perspectivas, porém, são relativamente recentes e não-hegemônicas na bioética, uma vez que persiste, sobretudo nos EUA, uma abordagem mais reducionista da bioética, voltada à dimensão clínica e individual dos problemas éticos localizados em centros de pesquisas e hospitais, e cujas resoluções se resolveriam por princípios éticos pré-determinados⁶.

A bioética principialista é a abordagem básica da bioética clínica. Ela surgiu nos anos 1970 nos Estados Unidos, por Tom Beauchamp e James Childress, configurando-se como uma teoria ética baseada nos quatro princípios da autonomia, beneficência, não maleficência e justiça⁶. Embora o principialismo seja uma dimensão importante da bioética, a redução a uma perspectiva focada em indivíduos e instituições clínicas oculta as determinações sociais, políticas, econômicas e culturais dos conflitos éticos que afetavam a vida humana quanto

não-humana. É por esse motivo que ao retomar a perspectiva global da bioética de Potter, a bioética produzida na América Latina o fez de modo enfaticamente crítico ao próprio campo⁵.

Destarte, o objetivo deste trabalho é sintetizar algumas das principais bases teóricas e metodológicas de uma nova corrente latino-americana da bioética, denominada Bioética Crítica, que vem sendo estabelecida nos últimos dez anos por meio da colaboração de diversos au-

tores, bem como indicar propostas para a aplicação dela no contexto do agravamento dos conflitos éticos globais.

Especialmente, objetiva-se aplicá-la na análise de problemas relacionados ao Antropoceno, definido como um novo período geológico marcado por irreversíveis intervenções humanas no Sistema Terra, o que tem levado a inéditos riscos à sobrevivência de inúmeras formas de vida, inclusive a humana.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa teórica que utilizou como fonte primária as principais produções sobre Bioética Crítica^{7,8,9,10,11,12}. A pesquisa teórica, no sentido proposto por Pedro Demo¹³, é o tipo de investigação destinado a reconstruir teorias, conceitos, ideais, polêmicas com o objetivo de aprimorar fundamentos teóricos de uma área. Como uma forma de pesquisa básica, a pesquisa teórica não implica a imediata intervenção na realidade, mas cria as condições para a posterior intervenção.

Na bioética estas intervenções podem ser encontradas nas produções normativas, nos espaços institucionais de deliberação, no proces-

so educativo formal e informal, nas denúncias de violações éticas, na composição orgânica com movimentos sociais e políticos, entre outras ações que invariavelmente partem de fundamentações teóricas e conceituais anteriormente estabelecidas.

Desta forma, foi realizada uma pesquisa exaustiva dos trabalhos publicados sobre “Bioética Crítica” desde 2012, cujos elementos centrais foram identificados à luz dos limites da bioética clínica tradicional e dos estudos latino-americanos da área. Na análise dos resultados estes elementos foram discutidos a partir de perspectivas relacionadas aos estudos sobre o Antropoceno.

RESULTADOS

Os resultados da pesquisa são demonstrados em três tópicos. O primeiro e segundo apresentam uma contextualização da Bioética Crítica frente às correntes teóricas da bioética, especialmente das vertentes latino-americanas e de outras abordagens que comumente se adjetivam como abordagens críticas. O terceiro resume o corpus teórico - incluindo os principais conceitos, referenciais e aspectos metodológicos - daquilo que se denomina substancialmente como “Bioética Crítica”.

Bioética Crítica: antecedentes no contexto latino-americano

Embora se possa questionar a existência de um corpus teórico e metodológico de uma “bioética latino-americana”, é possível afirmar que há uma identidade ético-política comum. Tal identidade resulta do compartilhamento de problemas que afetam a saúde e a vida da população da região e que estão diretamente relacionados aos processos de colonização e escravização europeia, bem como aos recentes processos de dominação política, econômica e militar exercido pelos Estados Unidos na região¹⁴.

A este respeito, segundo Mainetti, o fato de os EUA terem apoiado diretamente a maioria dos golpes militares na região fez com que a

bioética latino-americana se consolidasse com um perfil politizado, “mais como um movimento de reforma política ou social” do que uma disciplina acadêmica restrita à área da saúde¹⁴.

Em trabalho que identificou as especificidades da discussão sobre vulnerabilidade em bioética na América Latina, a característica politizada foi encontrada em diferentes autores da região. Tais textos marcam a discussão sobre vulnerabilidade de uma forma muito diferente da bioética principialista. Isto ocorre porque, além da suscetibilidade ao sofrimento e dos riscos que atingem grupos específicos, o conceito de vulnerabilidade na bioética da região relaciona-se com a dimensão social dos conflitos éticos, nos quais se destacam os impactos das desigualdades sociais¹⁵.

Em consonância com a perspectiva politizada do pensamento latino-americano, Cunha e Lorenzo desenvolveram uma fundamentação teórica e metodológica para a bioética chamada “Bioética Crítica”, voltando-a especificamente para a compreensão dos problemas globais que afetam a área^{8,9}. Antes de apresentá-la em detalhes é importante distingui-la de outras abordagens teóricas que também carregam consigo a insígnia de “bioéticas críticas”.

Abordagens adjetivas da bioética crítica

De acordo com Lorenzo, o adjetivo “crítico” tem sido utilizado em diferentes produções no campo da bioética. Parte delas, produzida sobretudo nos países de língua inglesa, considera o adjetivo crítico como uma forma de contrapor os estudos empíricos no campo da bioética aos estudos de natureza crítico-filosófica¹².

Já na América Latina o adjetivo “crítico” tem sido utilizado na bioética para caracterizar as produções que partem de uma problematização de natureza ético-política sobre a realidade social e que propõem a primazia da historicidade na determinação dos conflitos éticos, bem como seus afeitos desiguais e injustos entre o mais vulneráveis no contexto da economia capitalista global.

É nesta perspectiva, por exemplo, que Garrafa e Porto¹⁶ apresentaram a Bioética de Inter-

venção como uma forma de avançar da *bioética neutra para uma bioética crítica*, socialmente comprometida e que Miguel Kottow¹⁷ propôs a Bioética Reflexiva como forma uma abordagem crítica que consiste em desvelar as injustiças e despertar da resignação.

Diferentemente destas duas abordagens, na formulação da Bioética Crítica esta última palavra não é somente um adjetivo que qualifica sua localização epistêmica, mas é compreendida como um substantivo, ou seja, como uma identificação específica que vincula a fundamentação da bioética a duas vertentes teóricas principais: a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e os Estudos sobre a Colonialidade produzidos na América Latina e Caribe.

Abordagem substantiva da Bioética Crítica

A Bioética Crítica foi inicialmente anunciada por Lorenzo em 2012, quando sugeriu a aproximação dos estudos da bioética à Teoria Crítica da Escola de Frankfurt como um componente analítico para investigar as relações de poder nos conflitos bioético, indicando, especificamente, uma aproximação com as propostas deliberativas de Habermas⁷.

Em 2014, na tese de doutorado de Cunha, orientada por Lorenzo, foram demonstradas as dificuldades metodológicas e ético-políticas dos referenciais reconciliatórios de Habermas⁹. Em seu lugar, foi proposta uma formulação para a Bioética Crítica que enfatiza as primeiras gerações da Teoria Crítica de Frankfurt, especialmente de Horkheimer e Marcuse e os primeiros trabalhos de Robert Cox, autor canadense no campo das relações internacionais influenciado pela Teoria Crítica.

Além disso, buscando reduzir as limitações dos vieses eurocentrados – ainda que críticas – da escola de Frankfurt, foram acrescentados à Bioética Crítica os diálogos com os Estudos sobre a Colonialidade, produzidos por autoras e autores da América Latina, como Henrique Dussel, Laura Rita Segato e Flor do Nascimento. Estes estudos partem de uma denúncia da dominância epistêmica da racionalidade moderna a partir de um ideal de branquitude europeia

que segue repercutindo concretamente na hierarquização de saberes, poderes e das próprias vidas na gestão capitalista do mundo.

Deste modo, ao invés da abordagem procedimental da ética do discurso de Habermas, que está fortemente sustentada em uma racionalidade moderna – e que, portanto, é incapaz de perceber os efeitos de sua própria hierarquização colonial – foi proposta para a Bioética Crítica uma metodologia dialética⁹. Esta abordagem é baseada no confronto entre teses e antíteses de discursos éticos, partindo do desvelamento das contradições materiais e subjetivas encontradas nas processualidades históricas e estruturais em que tais discursos éticos se reproduzem. Esta metodologia foi inspirada, sobretudo, nas proposições do sociológico brasileiro Pedro Demo¹⁸.

Desta forma, na abordagem metodológica de Cunha para a Bioética Crítica^{8,9}, o foco não é, necessariamente, a definição de consensos estabelecidos em uma forma arbitrária de racionalidade comunicativa no sentido habermasiano, mas o desvelar de conflitos e contradições discursivas que, por um lado, excluem da deliberação bioética as pessoas que não se sujeitam ao padrão colonial da racionalidade moderna e que, por outro lado, utilizam o discurso bioético para legitimar processos que são opostos àquilo que deveria ser o compromisso básico da bioética: a defesa da vida e da saúde em sua máxima expansão e profundidade; e não apenas da vida e da saúde de determinados grupos que são historicamente privilegiados por suas condições étnico-raciais e político-econômicas.

Em síntese, nesta formulação, a Bioética Crítica pode ser definida como os estudos que partem de uma problematização dialética acerca da produção bioética buscando verificar, por um lado, como os discursos deste campo estão voltados à legitimação dos interesses hegemônicos do biopoder (sobretudo dos interesses de mercado que se sobrepõem à saúde e à vida). Ao mesmo tempo, a Bioética Crítica propõe novas sínteses que centralizam a defesa da saúde e da vida das pessoas e dos grupos que estão sendo relegados aos maiores danos e sofrimen-

tos da expansão do capitalismo global⁹.

Desta forma, a Bioética Crítica vincula-se também à perspectiva original da própria bioética, reposicionando-a como uma área preocupada com a saúde que inclui as dimensões hospitalares e clínicas, mas que segue além, contextualizando os conflitos éticos à uma dimensão global, tal como era a “ciência da sobrevivência” proposta por Potter^{2,3}.

Foi para melhor compreender o processo de organização global da política e da economia que a Bioética Crítica, na perspectiva de Cunha, passou a adotar entre seus referenciais os trabalhos de Cox que explicam a estruturação da chamada “Ordem Mundial”, consolidada no século XX a partir da formação de uma nova sociedade civil transnacional hegemônica¹⁹. Segundo Cox, esta ordem mundial é fruto da concentração de riqueza dentro e entre os países que se forma como um tipo muito específico de “governança global sem governo”, que ele chamou de “grande nebulosa”¹⁹.

De acordo com Cox, a estrutura ‘nebulosa’ de governança da ordem mundial determina os modos de reprodução social da vida a partir da constituição e do domínio de diferentes espaços formais e informais de influência de governança política e econômica mundial (como ODCE, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização das Nações Unidas), além de outros espaços mais discretos, como reuniões restritas, clubes internacionais, espaços de vinculação com facções e organizações criminosas, confrarias fechadas, etc. Cox especifica que esta ordem mundial, excludente e ilegítima, favorece os grupos que têm controle instrumental simultâneo sobre três forças:

1. capacidades materiais, representadas por recursos financeiros e meios de produção;
2. ideias, representadas por noções intersubjetivas que perpetuavam hábitos, comportamentos e imagens coletivas que legitimavam o poder, incluindo suas próprias ideias científicas e morais; e
3. instituições, incluindo os diversos aparelhos dos países centrais e organismos não governamentais internacionais responsáveis por arti-

cular ideias e capacidades materiais, com vistas a estabilizar e perpetuar a ordem mundial⁹.

Ao vincular o diagnóstico de Cox à Bioética Crítica, Cunha e Lorenzo^{8,9} elucidam como as produções da bioética atuam para legitimar ou a questionar as ideias, ideologias, noções intersubjetivas que são expressas nas formas de princípios, regras, normas, dispositivos morais etc., e que atuam como uma das forças dos processos de determinação de saúde e doença, ou mesmo de vida e morte, no contexto da atual ordem mundial.

Desta forma, a Bioética Crítica pode compreender, seguindo Cox, como a ordem mundial vigente estrutura a divisão das pessoas no mundo em três grupos fundamentais, definidos quanto às suas possibilidades de acesso aos benefícios biotecnológicos produzidos a partir da matriz política e econômica dominante:

1) o primeiro grupo são os “integrados”, ou seja, os membros das sociedades civis internacionalizadas que exercem o próprio poder no contexto da “nebulosa” e que usufruem dos máximos benefícios do desenvolvimento econômico e científico, enquanto estão expostos ao mínimo de danos que resultam desse processo;

2) o segundo grupo são os “precarizados”, os trabalhadores ou grupos de pessoas com renda baixa e média que acessam benefícios secundários da produção global e que sofrem dificuldades e deficiências dependentes das oscilações da ordem vigente;

3) o terceiro grupo são os “excluídos”, aqueles que são completamente rejeitados dos processos de organização política e econômica do mundo, fora dos mecanismos de produção e consumo, estando totalmente expostos à miséria, à fome, à falta de habitação⁹.

Ocorre que, conforme alertou Flor do Nascimento²⁰, é fundamental nas discussões bioéticas não incorrer na abstração das categorias abrangentes que são muitas vezes ocultadas em noções como “vulneráveis”, “excluídos”, etc. Assim, é necessário identificar com precisão quem são os sujeitos que estão precarizados e excluídos no contexto da “grande nebulosa” da ordem mundial. Devido aos vícios de

origem da racionalidade eurocêntrica que não deixa de permear o pensamento de Cox, não foi possível atingir a questão nos referenciais propostos por ele.

Então, foi também por esse motivo que a Bioética Crítica enfatizou a incorporação das contribuições dos Estudos sobre a Colonialidade, que trouxeram ao referencial um olhar sobre o “Sistema-mundo moderno/colonial” em raízes históricas muito mais profundas do que aquelas encontradas na abordagem crítica de Cox.

Isto porque enquanto Cox situou as bases de estruturação da atual ordem mundial no contexto do iluminismo, Dussel²¹ analisou a formação do “Sistema-Mundo” a partir da colonização das Américas, quando a Europa começou a obter a “vantagem comparativa” que lhe permitiria controlar todo o sistema planetário de ordenação política, econômica e cultural. Esta base europeia se manteve até ser superada no século XX pelos Estados Unidos, cujo mecanismo de gestão colonial, longe de ser modificado, foi atualizado e fortalecido sob a forma de uma nova ‘colonialidade’.

Conforme destaca Nascimento²⁰, essa forma atualizada de colonização mantém as hierarquias étnico-raciais por meio de novas “colonidade da vida”, marcando os processos de exclusão e precarização das vidas das pessoas a partir de sua aproximação ou distanciamento com o padrão colonial, branco, euroamericano. Por esta ótica, os estudos decoloniais demonstram que o advento da racionalidade moderna não se deu por uma suposta superioridade cultural intrínseca, baseada em vantagens biológicas da ‘raça branca’, ou das graças religiosas concedidas pela ‘fé cristã’. A ideologia colonial europeia tentou justificar o processo de colonização e escravização com base na superioridade racial e espiritual, entretanto, a forma com que se deu esse processo foi o resultado de uma necessidade de estabelecer mecanismos de gestão sobre as colônias americanas cuja conquista foi apenas *ocasionalmente* liderada pelas nações europeias^{19,20}.

Portanto, os Estudos sobre a Colonialidade permitem à Bioética Crítica aprofundar a autocrítica de seu próprio campo, uma vez que

a racionalidade que sustenta as produções da bioética também é resultado instrumental de um processo dialético que opôs colonizadores (brancos euroamericanos) e colonizados (povos não-brancos). Neste caso, os primeiros representam o progresso, o novo, o desenvolvimento, o centro do mundo, e os segundos, o atraso, o arcaico, a estagnação e a periferia que precisariam ser ‘modernizados’, ‘normatizados’.

A síntese destas diferentes correntes que fundamentam a Bioética Crítica permite defini-la como um referencial teórico e metodológico para investigações na bioética que demonstra, a partir de problemas concretos típicos da ética aplicada, como os mecanismos da governança da ‘grande nebulosa’ afetam a saúde e a vida das populações vulnerabilizadas, tendo por base a consideração dos efeitos da colonialidade na divisão étnico-racial do mundo, situando-a dialeticamente como uma ferramenta de embates biopolíticos.

A afirmação quanto a biopolítica é possível pois, nas proposições da Bioética Crítica, enquanto o biopoder é compreendido no senti-

do do controle foucaultiano, ou seja, como um modo de gestão da vida que fora estabelecido nas etapas mais avançadas da modernidade, a biopolítica é assumida no sentido emancipatório proposto por Hardt e Negri. De acordo com esses autores: *“o biopoder situa-se acima da sociedade, transcende, como uma autoridade soberana, e impõe a sua ordem. A produção biopolítica, em contraste, é imanente à sociedade, criando relações e formas sociais através de formas colaborativas de trabalho”*²².

Deste modo, a biopolítica é posicionada como uma forma de enfrentamento do próprio biopoder desde que ela seja assumida como uma tarefa da “multidão” global, ou seja, por aquilo que Hardt e Negri consideram como um corpo constituído pela rede de “singularidades” de pessoas e grupos que compartilham o “comum” em relação às consequências do biopoder, isto é, por todos nós que *“compartilharmos a vida neste planeta, compartilhamos regimes capitalistas de produção e exploração, compartilhamos sonhos de um futuro melhor”*²².

DISCUSSÃO

Conforme apresentado, um dos principais argumentos da Bioética Crítica é que na tensão dialética entre biopoder e biopolítica a bioética situa de duas formas antagonicas: a) como instrumento do biopoder, quando voltada à legitimação dos sistemas coloniais de gestão da vida, facilitando, por exemplo, a disposição dos corpos humanos para a exploração de certas indústrias de pesquisas clínicas, tal como já fora insistentemente denunciado por diversos autores da área^{5,7,8,10,11}, ou b) na contribuição aos enfrentamentos biopolíticos, tal como fazem os autores, sobretudo latino-americanos, que utilizam a bioética tanto como plataforma de denúncia dos atos antiéticos dos poderes estabelecidos, quanto para promoção da cidadania, dos direitos fundamentais, da inclusão ou da emancipação social^{9,12,14,16,17,20}.

As propostas da Bioética Crítica, na perspec-

tiva biopolítica, foram testadas considerando a agenda da saúde incluída nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁹. Os resultados apontaram que, de modo geral, os argumentos éticos utilizados para justificara a inclusão de temas da saúde nos ODS são meros recursos discursivos para legitimar, acima de tudo, a manutenção de estruturas econômicas mercantilizadas na saúde global. Deste modo, os objetivos e metas dos ODS reproduzem tanto as hierarquias da ordem mundial, tal como identificadas por Cox, quanto as hierarquias étnico-raciais identificadas nos estudos decoloniais.

A metodologia proposta pela Bioética Crítica permitiu verificar que os ODS ocultaram um grande retrocesso na compreensão da saúde como um direito humano sob responsabilidade dos Estados, ao mesmo tempo em que reduziu esse direito à uma abordagem minimalista, fo-

cada na concepção de “Cobertura Universal de Saúde”⁹.

No entanto, a partir da análise proposta neste trabalho, pode ser feita uma crítica à própria Bioética Crítica, na medida em que se nota uma importante ausência, no atual estado de sua arte, de reflexões e referenciais que lhe permitam verificar, explicitamente, a dimensão socioambiental dos conflitos bioéticos.

Nesse sentido, pode ser importante incorporar à Bioética Crítica as contribuições interdisciplinares dos Estudos sobre o Antropoceno, que vem reposicionando no centro de suas produções o tema da sobrevivência da vida humana e não-humana. Os Estudos sobre o Antropoceno, especialmente em sua vertente de crítica ao chamado Capitaloceno, abarca contribuições de áreas distintas, como a antropologia, a geologia, a biologia, a filosofia, entre outras.

Estes estudos correspondem a uma série de teorias, pesquisas, proposições ou movimentos, muito distintos entre si, que surgiram a partir dos anos 2010, tais como: a conferência “Os Mil nomes de Gaia: Do Antropoceno à Idade da Terra”, realizada no Rio de Janeiro em 2014²³; a publicação do livro “A Queda do Céu – palavras de um xamã yanomami”, por Kopenawa e Albert²⁴; a série de conferências de Bruno Latour nas “Gifford Lectures” a partir de 2013²⁵; a publicação da Encíclica *Laudato Sí*, pelo Papa Francisco em 2015²⁶, a publicação dos livros de Jason Moore sobre Antropoceno e Capitaloceno²⁷, as publicações de autoras ecofeministas como Anna Tsing²⁸ e Donna Haraway²⁹, além das importantes contribuições dos antropólogos brasileiros Deborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro³⁰.

Embora sem muito eco esses riscos à sobrevivência, associados ao “levante de Gaia” denunciados por Latour²⁵ ou aos “Gritos dos Pobres e aos Gritos da Terra” alertados por Papa Francisco²⁶, já vinham sendo apontados por diferentes autores da Bioética desde os anos 1970, sobretudo na abordagem de Potter.

No entanto, esses problemas só passaram a ser considerados de modo mais enfático em anos recentes, sobretudo quando os riscos à

sobrevivência foram determinados por estudos empíricos, como os sintetizados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima da ONU, bem como por papers publicados em periódicos de grande impacto, tal como o número especial da revista *Nature*³¹. Neste número, foram identificados nove processos biofísicos do Sistema Terra que, em vias de serem ultrapassados, acarretarão alterações ambientais insuportáveis a vida planetária. Esses processos biofísicos são: 1) mudanças climáticas; 2) acidificação dos oceanos; 3) depleção do ozônio estratosférico; 4) uso de água doce; 5) perda de biodiversidade; 6) interferência nos ciclos globais de nitrogênio e fósforo; 7) mudanças no uso do solo; 8) poluição química; 9) taxa de aerossóis atmosféricos³¹.

Dentre os inúmeros debates sobre a era do antropoceno é possível identificar diversas perspectivas éticas antagônicas, desde aquelas mais ingênuas, que parecem acreditar em alguma salvação inesperada pelas tecnologias, até aquelas mais catastróficas, que apontam para a inevitabilidade de um processo de extinção em massa no curto prazo. Também aparecem diálogos com propostas de enfrentamento ético, político e cultural sobre as bases ontológicas que “nos trouxeram até aqui”, incluindo a superação da racionalidade moderna euroamericana.

Neste último caso, trata-se de proposições interdisciplinares das ciências sociais e humanas, ou mesmo da teologia, como é o caso da apresentação da “Casa Comum” na *Laudato Sí* de Papa Francisco, que apontam para uma cosmovisão alternativa do habitar o mundo. Estas cosmovisões, que não são homogêneas entre si, direcionam para uma nova forma de se compreender e se relacionar com a vida. Em Davi Kopenawa e Bruce Albert, por exemplo, o “fim do mundo” é entendido simultaneamente como um acontecimento científico, político e espiritual, cuja “vivência” demanda de uma profunda retomada com os saberes indígenas, bem como pela crítica aos ideais de progresso e desenvolvimento estabelecidos por aqueles que os Yanomamis chamam por “povos da mercadoria”²⁴.

De todo modo, seja qual for a abordagem – ingênua, fatalista ou crítica – o fato é que a bioética como um todo não consolidou uma interface teórica robusta ou um diálogo consistente com os estudos sobre o Antropoceno e a crítica do Capitaloceno. Dado os referenciais apresentados neste trabalho, entende-se que a Bioética Crítica pode ser uma frente teórica e metodológica adequada para este necessário trabalho do porvir.

Com a incorporação destes estudos, somam-se às possibilidades de pesquisas da Bioética Crítica estudos que visam investigar, por exemplo, como a riqueza natural e a biodiversidade dos países mais pobres são monopolizados pela produção do agronegócio ou pela mineração internacional, favorecendo as pessoas integradas da grande nebulosa, enquanto os

grupos precarizados e excluídos, em especial as populações autóctones das florestas e as pessoas negras das periferias das grandes cidades, ficam sujeitas aos danos ambientais e à miséria. Este grave conflito bioético de natureza global é apenas um exemplo de inúmeros problemas que só podem ser observados adequadamente a partir de uma perspectiva crítica e interdisciplinar sobre as dimensões socioambientais que atravessam “Gaia”, a “Casa Comum”.

Por fim, estas sugestões indicam a pertinência, ou mesmo a necessidade, do diálogo entre diversas correntes e categorias teóricas para que os conflitos bioéticos hodiernos, que são marcados por complexidades e interdependências globais, possam ser compreendidos e enfrentados de modo mais decisivo.

CONCLUSÃO

Este trabalho sintetizou os principais aspectos teóricos e metodológicos da Bioética Crítica, situando-a no campo das produções latino-americanas da área e apresentando exemplos de sua aplicação em pesquisas na área da saúde global.

Ao reconhecer alguns desafios quanto à emergência socioambiental no escopo da Bioética Crítica, e somar ao seu corpus teórico, ainda que de modo preliminar, as contribuições dos estudos sobre o Antropoceno e Capitaloceno, abre-se o chamado para que pesquisadoras e pesquisadores das diversas área

participem do processo de contínua construção da Bioética Crítica.

Na abertura ao diálogo com outras produções interdisciplinares, simultaneamente ao reconhecimento do levante de “Gaia” e a ascultação do “Grito da Terra” e do “Grito dos Pobres” de nossa “Casa Comum”, espera-se que a Bioética Crítica possa contribuir para o fortalecimento das lutas biopolíticas que, de acordo com os estudos sobre o Antropoceno, invariavelmente se intensificarão nos contextos socioambientais durante as próximas décadas.

Declaração do autor CREdIT

Metodologia: Cunha, TR. Análise formal: Cunha, TR; Biscioni, DN. Investigação: Cunha, TR; Biscioni, DN. Elaboração do projeto original: Cunha, TR. Redação-revisão e edição: Cunha, TR; Biscioni, DN. Visualização: Cunha, TR; Biscioni, DN. Supervisão: Cunha, TR. Administração do projeto: Cunha, TR.

Todos os autores leram e concordaram com a versão publicada do manuscrito.

REFERÊNCIAS

1. Foucault M. Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France -1977-1978. Gallimard/Seuil: Collection Hautes Études; 2004.

2. Potter VR. Bioethics. Bridge to the future. Englewood Cliffs: Prentice Hall; 1971
3. Potter VR. Global bioethics: building on the Leopold Legacy. Michigan State University; 1988.
4. Rendtorff JD, Kemp P. (eds.). Basic Ethical Principles in European Bioethics and Biolaw. Copenhagen and Barcelona: Centre for Ethics and Law & Instituto Borja de Bioética; 2000.
5. Garrafa V, Kottow M, Saada A. (coords.). Estatuto epistemológico de la bioética. Ciudad de México: UNAM/Redbioética; 2005.
6. Jonsen AR. The birth of bioethics. Oxford: Oxford University Press; 1998.
7. Lorenzo C. Teoria crítica e bioética: um exercício de fundamentação. In: Porto D, Garrafa V, Martins GZ, Barbosa SN. Bioéticas, Poderes e Injustiças: 10 anos depois. Brasília: CFM/Cátedra Unesco de Bioética/SBB, 173-89; 2012.
8. Cunha TR, Lorenzo C. Bioética global na perspectiva da bioética crítica. Revista Bioética. 2014; 22(1); 116-25.
9. Cunha TR. Bioética crítica, saúde global e a agenda do desenvolvimento. [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]; 2014.
10. Almeida S, Lorenzo C. A Cooperação Sul-Sul em saúde, segundo organismos internacionais, sob a perspectiva da bioética crítica. Saúde em Debate. 2016; 40:175-186. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201610914>
11. Sayago M, Lorenzo C. O acesso global e nacional ao tratamento da hemofilia: reflexões da bioética crítica sobre exclusão em saúde. Interface. 2020; 24:1-15. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.180722>
12. Lorenzo C, Neves F. Bioethics and sociology: the place of social studies of science and technology. Interface. 2023; 27 e220046. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.220046>
13. Demo P. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas; 2000
14. Mainetti JA. The discourses of bioethics in Latin America. In: Pessini L, de Barchifontaine CP, Stepke FL, eds. Ibero-American Bioethics: History and Perspectives. Dordrecht: Springer, 21 –8; 2010.
15. Cunha TR, Garrafa V. Vulnerability A Key Principle for Global Bioethics? Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics. 2016; 25:197-208. DOI: 10.1017/S096318011500050X
16. Garrafa V, Porto D. Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção. O Mundo da Saúde. 2002; 26(1): 6-15.
17. Kottow M. Bioética crítica en salud pública ¿aguijón o encrucijada? - Rev Chil Salud Pública. 2012; 16(1) 38-46.
18. Demo P. Dialética - Processualidade de Estruturas Históricas. In: Metodologia Científica em Ciências Sociais. 3ª ed. Curitiba: Editora Atlas; 2011.
19. Cox R. Production, Power, and World Order: Social Forces in the Making of History. New York: Columbia University Press; 1987.
20. Flor do Nascimento W. Por uma vida descolonizada: diálogos entre a bioética de intervenção e os estudos sobre a colonialidade. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília; 2010.
21. Dussel E. 1492: O encobrimento do outro. A origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes; 1993.
22. Hardt T, Negri A. Multidão: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record; 2004.
23. Saldanha R, Viveiros de Castro E, Danowski D. Os Mil Nomes de Gaia. Rio de Janeiro: Editora Machado; 2022.
24. Kopenawa D, Albert B. A Queda do Céu – Palavras de um Xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras; 2014.
25. Latour B. Diante de Gaia – oito conferências sobre a natureza do antropoceno. São Paulo: Ubu Editora; 2020.
26. Papa Francisco. Carta Encíclica Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas; 2015.
27. Moore JW. Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism. New York: PM Press; 2016
28. Tsing A. Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: Editora Mil Folhas; 2019.
29. Haraway D. O manifesto das espécies companheiras – Cachorros, pessoas e alteridade significativa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo; 2021.
30. Danowski D, Viveiros de Castro E. Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie; 2015
31. Steffen W, Broadgate W, Deutsch L, Gaffney O, Ludwig C. The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. The Anthropocene Review [revista da Internet]; 2015; [acessado em 23 de agosto de 2023] 2(1):81-98. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1177/2053019614564785>

Recebido: 01 maio 2023.
Aceito: 13 setembro 2023.
Publicado: 05 outubro 2023.